

O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012

BRUNO WILHELM SPECK
WAGNER PRALON MANCUSO

Que fatores mais contribuem para o sucesso em eleições? A resposta a esta questão é resultado de um esforço coletivo da ciência política, avaliando a influência de um número grande, senão infinito de possíveis fatores. Por limitações de recursos (acesso aos dados, tempo disponível) e por preferências acadêmicas (questões consideradas relevantes, técnicas de pesquisa preferidas), os pesquisadores fazem recortes diferentes do objeto. As abordagens da *sociografia eleitoral* partem do pressuposto que o voto tem um elemento de inércia (vota-se hoje em que se votou no passado) e identificam quais fatores causam a mudança de voto entre uma eleição e outra (Faria, 1975; Reis/Castro, 1992; Meneguello/Bizzarro Neto, 2012). Tipicamente são analisados dados agregados, disponíveis para as mesmas unidades geográficas. Pesquisadores que acompanham o *desempenho* de políticos individuais (ou de governos) no exercício do cargo tenderão a relacionar o êxito eleitoral a estes fatores. A eleição é interpretada como resposta do eleitor a uma série de decisões e ações tomadas pelos representantes eleitos (Fiorina, 1981; Manin/Przeworski/Stokes, 2006). A atenção recai sobre os candidatos que se apresentam à reeleição e cujo desempenho está sob avaliação (Pereira/Rennó, 2001; Rennó, 2007; Ferraz/Finan, 2005, 2010). Outra perspectiva é a observação da *dinâmica da disputa* eleitoral, que inclui o desempenho dos competidores, mas também o papel

de outros atores como financiadores ou governos que apoiam candidatos, etc. O enfoque aqui recai sobre os meses e semanas antes do dia da eleição e as estratégias e a dinâmica da campanha eleitoral. Um dos fatores importantes é a dinâmica do financiamento das campanhas (Samuels, 2002; Brito, 2010; Peixoto, 2010; Speck/Mancuso, 2012).

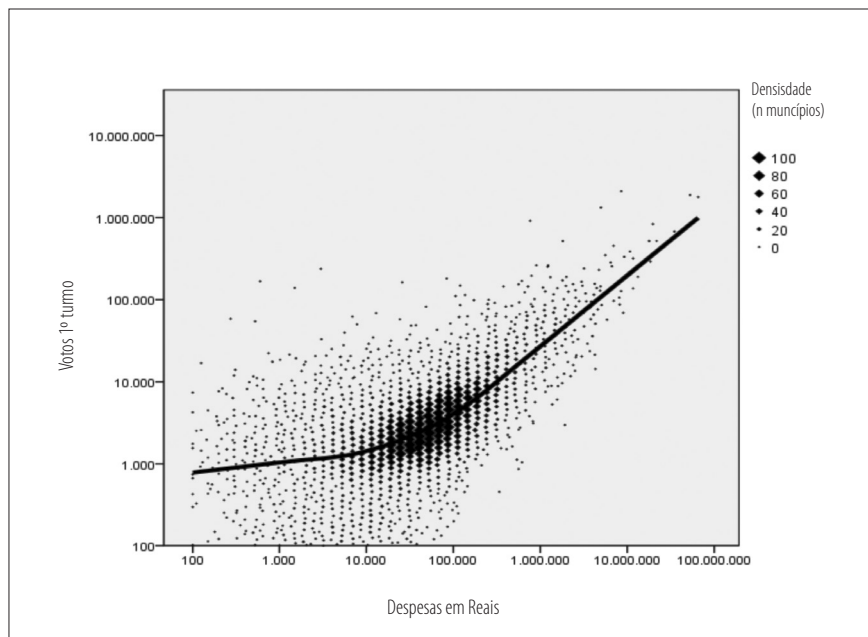
Nossa análise combina elementos selecionados destas três abordagens. Perguntamos se os recursos mobilizados em uma campanha têm um impacto decisivo sobre o resultado das eleições. A mobilização de recursos pertence ao complexo de fatores que caracteriza a dinâmica das campanhas eleitorais. Dedicamos mais espaço à descrição destes dados porque o tema dos recursos é mais recente e porque ele envolve mais desafios quanto à interpretação dos dados.

Emprestamos da perspectiva do desempenho dos candidatos o olhar sobre a carreira política recente dos envolvidos. O desempenho dos candidatos na eleição municipal de 2008 e na eleição geral de 2010 ajuda a avaliar aproximadamente o sucesso anterior dos candidatos na arena eleitoral. Também pertence a esta perspectiva a questão do impacto do gênero do candidato sobre o sucesso eleitoral. A baixa representação de mulheres nas casas legislativas é uma das marcas do sistema representativo no Brasil. Perguntamos o quanto a questão do gênero ajuda a explicar o sucesso eleitoral no país.

Da sociografia eleitoral utilizamos a ideia que o tamanho dos municípios possa ter influencia sobre a dinâmica da disputa eleitoral. A pergunta é se as eleições são influenciadas pelo contexto paroquial, urbano ou metropolitano da disputa.

Em seguida esclarecemos as hipóteses acerca do impacto dos gastos eleitorais e do perfil dos candidatos sobre o êxito eleitoral em diferentes contextos municipais. O papel dos recursos econômicos para o sucesso eleitoral mereceu crescente destaque na literatura sobre as eleições no Brasil. Porém, a maioria das análises ainda visa as eleições nacionais ou estaduais. O nosso recorte recai sobre as eleições nas 5.559 prefeituras no Brasil em 2012. Não avaliamos as eleições para as Câmaras de Vereadores nestes municípios.

O gráfico 1, com os recursos mobilizados em campanhas eleitorais na dimensão X, e os votos obtidos na dimensão Y (ambos na escala log 10), mostra certa dispersão em relação às despesas e votos obtidos pelos candidatos, mas ao mesmo tempo evidencia a relação positiva entre dinheiro e voto. Quanto mais recursos o candidato tiver para tocar sua campanha, maior sua chance de obter votos e vencer as eleições. A linha mostra os valores interpolados (a média em certos intervalos) dos votos obtidos a partir das despesas realizadas. As despesas até R\$ 10.000 correspondem a uma média constante de 1.000



votos, sugerindo que, nesse estrato, a receita não influencia os votos. A relação muda para os valores acima de R\$ 10.000. Agora, recursos adicionais estão associados a melhor desempenho eleitoral, sugerindo na linha dos estudos existentes que mais dinheiro rende mais votos.

Neste estudo exploramos a hipótese sobre a relação entre dinheiro e votos em mais detalhe, levando em consideração os três fatores adicionais acima indicados: capital político dos candidatos, sexo e contexto da eleição. Esperamos que o dinheiro tenha menor peso na política local, onde as redes informais de comunicação tornam os candidatos conhecidos sem intermediação pela mídia ou outros recursos de comunicação. Em municípios maiores a capacidade de gastar recursos se torna mais relevante, pois fazer chegar o nome e as mensagens dos candidatos ao eleitor depende de recursos midiáticos mais sofisticados e mais caros.

Pelos mesmos motivos esperamos que os candidatos novatos tenham menos chance de se eleger. Candidatos com experiência prévia já dispõem de um eleitorado que conhece seu nome e suas propostas. Tais candidatos também já organizaram campanhas anteriormente, e podem levar em conta as experiências anteriores, otimizando o uso dos recursos disponíveis.

Um dos problemas na análise é separar o peso dos diferentes fatores, porque os novatos são distribuídos de forma desigual entre os municípios de tamanho diferente e tendem a ter menos recursos que os candidatos com experiência prévia. Assim, nossa pergunta mais específica é se a influência do capital político se mantém, mesmo quando controlamos pelos outros fatores aqui incluídos.

Em relação às candidatas mulheres, resta saber se sua desvantagem na disputa eleitoral, em parte sobreposta aos problemas em relação ao capital político e de falta de recursos, também se manifesta quando controlamos a influência de outros fatores. Portanto, a questão é se a candidata sofre desvantagem por ser mulher, mesmo que tenha a mesma experiência, o mesmo montante de recursos e concorra em municípios do mesmo tamanho que um candidato.

RECALCULANDO OS RECURSOS DE CAMPANHA

Adotamos uma forma de calcular os recursos mobilizados pelos candidatos que difere da maioria das abordagens convencionais. As análises sobre recursos mobilizados nas campanhas usam normalmente os dados declarados pelos candidatos individualmente. Porém, estas informações não são completas, uma vez que a legislação eleitoral permite diferentes formas de contabilizar recursos. Além das contas dos candidatos também há contas de comitês eleitorais que podem arrecadar e gastar recursos e que prestam contas separadamente. Nesta análise juntamos os dois valores, corrigindo os valores anteriores e chegando a um resultado mais preciso sobre os recursos arrecadados nas campanhas.

A segunda correção também se refere à precisão dos dados usados. A legislação permite a transferência de valores entre candidatos, da qual comitês e candidatos fazem amplo uso. Os candidatos majoritários apoiam candidaturas de vereadores com recursos. Candidatos que perderam a esperança enviam recursos para os candidatos com mais chances de se eleger. Partidos apoiam candidatos com transferências de recursos. Candidatos que têm sobras de campanha transferem estes para os respectivos partidos políticos. Todas estas transações são legais, mesmo que sejam efetuadas entre integrantes de diferentes partidos políticos.

As transferências inflam artificialmente a contabilidade das campanhas eleitorais quando simplesmente somarmos as várias contas eleitorais de partidos, comitês e candidatos. Uma doação de uma empresa para um partido pode ser parcialmente repassada a diferentes comitês de candidatos. Estes co-

mitês podem repassar os recursos para as campanhas individuais de alguns candidatos que no final da campanha repassam as sobras que não chegaram a investir para os partidos políticos. Fica evidente que a simples soma dos ingressos de partidos, comitês e candidatos resultariam na contagem múltipla destes valores. A nossa base corrige esta contagem múltipla, descontando as transferências e ficando somente com os recursos efetivamente gastos em campanha. A técnica é separar os recursos recebidos de fontes externas dos recursos transferidos. Estes últimos não são incluídos na soma dos recursos arrecadados.

Em seguida ilustramos o contraste entre as diferentes bases de dados, tanto de forma agregada, como exemplificando em casos individuais. As prestações de contas cujos gastos podem ser atribuídos diretamente a candidatos à prefeitura são as contas dos candidatos e as contas dos comitês financeiros a prefeito. Muitas análises trabalham com os ingressos e gastos dos candidatos somente (coluna C da tabela 1). Estes recursos representam somente parte dos gastos totais dos candidatos. Aos R\$ 2,35 bi da prestação de contas dos candidatos individuais devem ser somados outros R\$ 143 mi da prestação de contas dos comitês para eleição de prefeitos (coluna D). Mais de 600 candidatos a prefeito optaram por arrecadar recursos pelas duas vias: contas de candidatos e contas dos comitês. Na média nacional o peso desta segunda contabilidade (coluna E) representa um acréscimo de 6% sobre as contas dos candidatos, um valor aparente modesto. Porém a média não representa adequadamente a realidade das transferências. O exemplo de São Paulo é ilustrativo. O candidato José Serra (PSDB) arrecadou mais da metade dos seus recursos via comitê eleitoral. Olhando somente para a prestação de contas individual do candidato, concluiríamos que a sua arrecadação é similar à de Gabriel Chalita (PMDB) e representaria menos da metade dos recursos do concorrente Fernando Haddad (PT). Com os recursos arrecadados pelo comitê, Serra alcança o primeiro lugar (coluna F).

Entre os candidatos que optaram por esta dupla contabilidade as distorções tendem a ser grandes. 299 dos 668 candidatos com contas separadas arrecadaram mais da metade dos seus recursos via comitê. Em 47 casos toda a arrecadação foi processada via comitê. Concluímos que, em nome da validade e veracidade dos dados a respeito dos gastos nas campanhas eleitorais, a inclusão das prestações de contas dos comitês eleitorais dos candidatos a prefeito é uma correção relevante.

Uma segunda correção se refere às transferências dos recursos entre diferentes contas. Para evitar que os mesmos recursos sejam incluídos várias vezes

Tabela 1. *Despesas efetivas de candidatos e comitês eleitorais nas eleições para prefeito*

Município	Candidato	Partido	Gastos Cand. R\$ (1)	Gastos Comitê R\$ (2)	Relação (2)/ (1)	Gasto Total (1)+(2)	Gasto Efetivo R\$ (3)	Relação (3)/ (1)
São Paulo	Sonia Francine Gaspar Marmo	PPS	422.632,02	-	-	422.632,02	25.900,91	0,06
São Paulo	Paulo Pereira da Silva	PDT	2.446.044,25	-	-	2.446.044,25	955.452,99	0,39
São Paulo	Miguel Manso Perez	PPL	520.702,44	311.931,25	0,60	832.633,69	512.373,56	0,62
São Paulo	José Serra	PSDB	33.574.353,58	53.456.543,97	1,59	87.030.897,55	52.800.646,77	0,61
São Paulo	José Maria Eymael	PSDC	141.667,23	-	-	141.667,23	103.893,10	0,73
São Paulo	José Levy Fidelix da Cruz	PRTB	339.403,50	-	-	339.403,50	-	-
São Paulo	Gabriel Benedito Issaac Chalita	PMDB	21.551.948,71	-	-	21.551.948,71	19.717.399,81	0,91
São Paulo	Fernando Haddad	PT	67.987.131,71	-	-	67.987.131,71	65.396.643,06	0,96
São Paulo	Celso Ulbirajara Russomanno	PRB	5.795.014,30	-	-	5.795.014,30	4.971.968,63	0,86
São Paulo	Carlos Alberto Giannasi	PSOL	125.738,63	-	-	125.738,63	119.879,88	0,95
São Paulo	Anai Caproni Pinto	PCO	4.000,00	-	-	4.000,00	-	-
São Paulo	Ana Luiza de Figueiredo Gomes	PSTU	27.838,97	-	-	27.838,97	3.018,76	0,11
Brasil	Todos (15.195 candidatos a prefeito)		2.348.851.960,28	143.630.757,77	0,06	2.492.482.718,05	2.172.770.212,53	0,87

na prestação de contas, separamos os gastos efetivos (aplicados para pagar salários, algum serviço, ou comprar um bem para a campanha) dos recursos transferidos para outras campanhas ou para partidos políticos. Somente os recursos efetivamente aplicados na própria campanha poderiam influenciar o resultado eleitoral. A distorção entre os gastos totais (coluna F) e os gastos efetivos (coluna G) é significativa. Como vemos na tabela 1 (coluna H) os gastos efetivos representam 87% dos gastos totais, somando-se as despesas de candidatos e comitês. Novamente as distorções não são distribuídas de forma igual entre todos os candidatos. Para aproximadamente dois terços (64%) dos candidatos, a queda dos gastos efetivos está dentro de uma margem de até 20% abaixo do recurso arrecadado. Por outro lado, 8% dos candidatos gastaram 50% ou menos dos seus recursos arrecadados. Nestes casos, a distorção é grande. Nossa base corrige as duas distorções, calculando os gastos efetivos dos candidatos das duas contas (candidato e comitê) e descontando as transferências.

A segunda dimensão que incluímos em nosso modelo é o capital político dos candidatos à prefeitura. Os cientistas políticos apontaram algumas características do processo de profissionalização da política. Uma delas é a falta de uma formação específica para o cargo (Borchert, 2003). A política como profissão abrange várias dimensões, incluindo a política partidária, os cargos executivos na administração pública ou as atividades no legislativo. Uma parte destas áreas de exercício da política é entrecortada por disputas eleitorais, como as enfrentadas por lideranças partidárias, que precisam vencer eleições internas; pelos candidatos, que para disputar eleições, precisam passar por convenções partidárias; pelos legisladores e governantes, que são selecionados em eleições populares; ou pelos ocupantes de cargos dentro do legislativo, que são selecionados entre os próprios parlamentares.

O cargo de prefeito é um elo que interliga vários tipos de carreira. Como mostra a tabela 2, dos candidatos que disputaram as eleições para prefeito 73% eram novatos. A caracterização dos candidatos como “novatos” precisa ser qualificada. Primeiro, definimos como novatos os candidatos que não conquistaram mandatos em 2008 e 2010. Também, quem disputa eleições para prefeito passou pela primeira barreira de seleção dentro do próprio partido ou coligação, seleção esta que pode ser tanto mais disputada quanto maior a chance de vencer as eleições com aquele apoio. O grupo dos candidatos de primeira viagem é maior nos municípios médios.

Tabela 2. *O capital político anterior dos candidatos*

Candidatos a prefeito 2012: cargo anterior	PEQ*	PMD	MED	MGD	GDE	Todos
Sem cargo 2008/2010	71,4%	72,4%	75,2%	72,4%	64,4%	73,0%
Vereadores	10,1%	9,6%	9,6%	10,7%	5,8%	9,7%
Prefeitos	18,5%	18,1%	14,7%	10,7%	6,4%	15,8%
Deputados estaduais			0,4%	5,2%	13,7%	1,1%
Deputados federais			0,1%	1,0%	9,1%	0,4%
Senadores					0,6%	0,0%
Todos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Os municípios foram agrupados em cinco grupos: PEQ (pequeno, até 5 mil eleitores); PMD (pequeno-médio, de 5 a 10 mil eleitores); MED (médio, de 10 a 50 mil eleitores); MGD (médio-grande, de 50 a 200 mil eleitores) e GDE (grande, acima 200 mil eleitores).

O cargo de prefeito pode representar uma segunda etapa na carreira, após a passagem pela Câmara de Vereadores, em uma carreira tradicional da política de baixo para cima. Segundo a tabela 2 isto se aplica mais nos municípios pequenos e cai com o tamanho dos municípios. O grupo dos municípios entre 50 e 200 mil eleitores é uma exceção. Uma possível explicação é que a disputa da eleição para prefeito nestes municípios maiores é uma forma de lançar o nome para uma futura candidatura a deputado estadual ou federal.

Um grande número de deputados estaduais e federais – e até três senadores – disputaram prefeituras em 2012. A posição é confortável porque as eleições são uma alternativa sem custo político, uma vez que o mandato em exercício não precisa ser abandonado. A tabela 2 mostra que estas candidaturas por legisladores se concentram nos municípios maiores. Enquanto os deputados estaduais e federais se candidataram em municípios acima de 10 mil eleitores, os senadores ficaram somente no grupo de municípios acima de 200 mil eleitores.

Uma situação específica de políticos é o caso da disputa de reeleição para o mesmo cargo. A participação destes candidatos à reeleição no total de candidaturas cai à medida que o tamanho dos municípios cresce (de 18,5 para 6,4%, segundo a tabela 2). Em grande parte esta queda está vinculada à maior competitividade das eleições nos municípios maiores (tabela 3). A oferta de candidatos à reeleição é menos flexível. Em cada município somente um candidato no seu primeiro mandato pode disputar a reeleição. A comparação entre as tabelas 2 e 3 deixa claro que a taxa de prefeitos disputando a reeleição cai de forma menos acentuada, se levamos em conta o número de candidatos por município.

Tabela 3. *Candidatos por vaga*

Candidatos a prefeito 2012	PEQ*	PMD	MED	MGD	GDE
Candidatos à reeleição (média)	0,41	0,45	0,43	0,41	0,39
Todos os candidatos (média)	2,23	2,49	2,93	3,85	6,08

* Sobre a classificação dos municípios por tamanho dos municípios, veja nota tabela 2.

Muitas análises reduzem a questão do capital político, destacando a disputa da reeleição em comparação com todas as outras candidaturas. De fato candidatos à reeleição têm chance bem superior de saírem vitoriosos do que os outros candidatos. Para saber se esta experiência anterior se estende a outros cargos, adotamos aqui outra forma de aferir o capital político, incluindo todos os cargos eletivos conquistados nas últimas duas eleições.

A questão da posição específica das mulheres na disputa eleitoral foi abordada em vários trabalhos. Muitas análises focalizam as disputas para o legislativo, em âmbito nacional ou estadual. Nas eleições de 2012, as cotas e a fiscalização rigorosa do seu cumprimento levaram a um aumento considerável do número de candidatas a vereadora, para 30%. O impacto das cotas sobre o resultado eleitoral foi modesto. Somente 12,9% dos vereadores eleitos são mulheres.

No caso das candidaturas majoritárias, as cotas não se aplicam. A desproporção da presença das mulheres já se mostra nas candidaturas. Elas representam somente 13% do total de candidatos. Porém, um fenômeno nas disputas majoritárias é que, uma vez nomeadas pelo partido político, as mulheres têm taxas de sucesso similares aos homens. Os 13% de candidaturas resultaram em 12% de mulheres nas prefeituras.

Na literatura esta diferença é explicada pelos rigorosos filtros anteriores que as candidatas devem enfrentar para conseguir a indicação de um partido para disputar as candidaturas majoritárias. As mulheres que vencerem as batalhas intrapartidárias para disputar as prefeituras estão mais preparadas para disputar as eleições gerais e não se diferenciam significativamente dos homens. A tabela 4 mostra que esta relação se mantém no caso das candidaturas nos municípios de todos os tamanhos, porém com uma tendência de queda na taxa de sucesso nos municípios de maior porte.

Tabela 4. *Diferenças de gênero na disputa das prefeituras em duas etapas*

Candidatos a prefeito 2012: sexo	PEQ*	PMD	MED	MGD	GDE	Todos
Homens (número)	3.094	3.170	5.185	1.171	455	13.075
Mulheres (número)	503	507	793	149	61	2.013
Mulheres entre candidatos (%)	14,0%	13,8%	13,3%	11,3%	11,8%	13,3%
Mulheres entre eleitos (%)	12,1%	12,1%	12,4%	9,1%	3,6%	11,9%

* Sobre a classificação dos municípios por tamanho dos municípios, veja nota tabela 2.

CONTEXTOS PAROQUIAIS E METROPOLITANOS

As análises anteriores deixaram claro que os efeitos das regras eleitorais dependem do porte dos municípios. O bom senso sugere que as disputas em um contexto de política paroquial têm lógica diferente daquelas que ocorrem em municípios grandes. No contexto da política paroquial, esperamos que o

dinheiro de campanha tenha um peso menor. As campanhas são menos monetarizadas, por razões ligadas à proximidade das relações sociais, mas também por fatores técnicos. Em muitos municípios pequenos não há transmissão de horário eleitoral gratuito, o que gera custos para produzir peças de informação.

A esta tendência de custos crescentes de campanha se sobrepõe outra, no sentido inverso, de redução de custos pela economia de escala na produção de peças publicitárias. Caso esta hipótese se confirme, o custo das campanhas por eleitor se reduziria a partir de certo tamanho de municípios, pela economia de escala na produção do material de propaganda.

Uma terceira hipótese seria que os custos de obtenção de votos em ambientes mais paroquiais sejam maiores porque os candidatos são cobrados para oferecer mais benefícios imediatos para os correligionários e apoiadores. Contrapartidas pelo voto podem entrar na contabilidade eleitoral sob a forma de serviços prestados, de salários pagos aos correligionários ou de compra de camisetas etc. Estes mecanismos, se confirmados, poderiam resultar em campanhas relativamente mais caras nos municípios menores.

A ANÁLISE DOS DADOS

Usamos regressão logística para analisar os determinantes do êxito eleitoral nas eleições majoritárias municipais de 2012. A variável dependente “êxito eleitoral” é uma variável *dummy*. Ela indica se o candidato foi ou não eleito prefeito de sua cidade em 2012. Os eleitos foram codificados com 1 e os demais com 0¹. A discussão anterior justificou a inclusão de três variáveis independentes no modelo. A primeira variável, “despesa efetiva por eleitor”, é uma variável contínua, obtida pela divisão da despesa efetiva total de cada candidato pelo número de eleitores de seu município². A hipótese é que há associação positiva e estatisticamente significativa entre esta variável e êxito eleitoral.

A segunda variável é “cargo eletivo anterior” e indica se o candidato venceu alguma eleição em 2008, quando ocorreram as eleições municipais anteriores, ou em 2010, quando houve eleição para a presidência da república, governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas. Trata-se de variável nominal, com cinco categorias: não foi eleito

1 Foram excluídos todos os candidatos que não receberam sequer um voto, porque a Justiça Eleitoral anulou a votação de diversos candidatos em 2012.

2 O valor da despesa efetiva total é obtido da seguinte forma: (total de gastos declarado na prestação de contas dos candidatos + total de gastos declarados na prestação de contas dos comitês dos candidatos) – (transferências destas duas contas a outros candidatos e comitês).

Tabela 5. Comparações múltiplas, teste de Tamhane

Tamanho dos municípios		Dif (I-J)	Erro Padrão	p-valor
(I)	(J)			
Pequenos	Pequenos-Médios	2,19	,24	,000
	Médios	4,24	,21	,000
	Médios-Grandes	5,71	,24	,000
	Grandes	6,80	,28	,000
Pequenos-Médios	Pequenos	-2,19	,24	,000
	Médios	2,05	,16	,000
	Médios-Grandes	3,53	,21	,000
	Grandes	4,61	,25	,000
Médios	Pequenos	-4,24	,21	,000
	Pequenos-Médios	-2,05	,16	,000
	Médios-Grandes	1,48	,17	,000
	Grandes	2,56	,22	,000
Médios-Grandes	Pequenos	-5,71	,24	,000
	Pequenos-Médios	-3,53	,21	,000
	Médios	-1,48	,17	,000
	Grandes	1,08	,25	,000
Grandes	Pequenos	-6,80	,28	,000
	Pequenos-Médios	-4,61	,25	,000
	Médios	-2,56	,22	,000
	Médios-Grandes	-1,08	,25	,000

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

para nenhum cargo, eleito para o legislativo federal (Senado e Câmara), eleito para o legislativo estadual (assembleias legislativas), eleito para o legislativo municipal (câmaras de vereadores) e eleito para o executivo municipal (prefeituras). Neste caso, a hipótese é que os candidatos vitoriosos em eleições anteriores têm mais chance de êxito na eleição atual que os demais candidatos³.

A terceira variável é “sexo”. Nesta variável *dummy*, as mulheres foram codificadas com 1 e os homens com 0. Aqui, a hipótese é que a chance de eleição das mulheres é menor que a dos homens, mesmo controlando-se pelas demais variáveis.

3 Como era de se esperar, nenhum eleito para outro cargo em 2010 (governo estadual ou presidência) candidatou-se a prefeito em 2012.

Optamos por realizar testes separados para municípios de portes diferentes, pois há variação significativa de despesa efetiva média, por eleitor, entre os vários grupos de municípios⁴. Como mostra a tabela 5 acima, a despesa efetiva média, por eleitor, diminui à medida que o porte do município aumenta⁵.

A tabela 6 apresenta os resultados encontrados.⁶ Conforme previsto pela primeira hipótese, a variável “despesa efetiva por eleitor” apresentou um efeito positivo e significativo sobre a variável “êxito eleitoral” em todos os grupos de municípios. Controlando-se o efeito das demais variáveis, o aumento de um real na despesa efetiva por eleitor aumenta, em média, em 3,2% a chance de êxito de candidatos a prefeito de municípios pequenos; em 6,6% a de candidatos de municípios pequenos-médios; em 9% a de candidatos de municípios médios; em 13,6% a de candidatos de municípios médios-grandes; e em 16,3% a de candidatos dos municípios maiores.

Em todos os grupos de municípios, *incumbency* é um fator relevante para o êxito eleitoral. Nos três primeiros grupos, os atuais prefeitos têm chance duas vezes maior que os desafiantes de vencer a eleição. No grupo dos municípios médios-grandes, a chance de vitória dos *incumbents* é 4,5 vezes maior. Entre os municípios de grande porte, a chance de êxito dos atuais prefeitos é 15,5 vezes maior que a dos *challengers*. Outra vez, em todos os grupos a relação é positiva e estatisticamente significativa.

O efeito de outros cargos só é significativo nos dois últimos grupos. Em relação aos demais, a chance de êxito dos candidatos que são vereadores é, em média, 61% maior, nos municípios médios-grandes, e 143% maior, nos municípios grandes. No caso dos candidatos que são deputados estaduais, a chance de êxito é 80% maior, no penúltimo grupo, e cerca de 200% maior, no último grupo. E, no caso dos candidatos que ocupam cadeiras do Congresso Nacional e disputam a prefeitura de municípios grandes, a chance de êxito é, em média, 173% maior que a dos demais candidatos.

Por fim, comprovou-se a hipótese de que as mulheres têm menos chance de vitória que os homens, independentemente do porte do município, e

4 São considerados municípios: (i) pequenos, aqueles com menos de 5000 eleitores; (ii) pequenos-médios, entre 5000 e 9999 eleitores; (iii) médios, entre 10000 e 49999 eleitores; (iv) médios-grandes, entre 50000 e 199999 eleitores; e (v) grandes, com mais de 200000 eleitores.

5 Nesse sentido, o presente trabalho reitera, para as eleições de 2012, a conclusão obtida por Peixoto (2010), ao estudar as eleições de 2008: há evidências de custos eleitorais marginais decrescentes nas eleições majoritárias municipais do país.

6 Neste trabalho consideramos que a associação entre as variáveis é significativa quando o valor p for igual ou menor que 0,1, indicando que a chance de erro tipo I (afirmar erroneamente que a associação existe) é igual ou inferior a 10%.

Tabela 6. Modelos de regressão logística para explicar o sucesso eleitoral dos candidatos a prefeito em 2012

Teste de razão de verossimilhança				Cox & Snell Nagelkerke	Modelo							
- 2 LL	χ^2	GL	p		β	EP β	Wald	GL	p	Razão de chances		
Municípios pequenos												
4666,54	188,63	4	,000	,052	,070	Despesa por eleitor	,03	,00	77,59	1	,000	1,032
						Vereador	-1,12	,12	1,04	1	,308	,888
						Prefeito	,75	,09	66,37	1	,000	2,119
						Mulher	-,32	,10	9,90	1	,002	0,725
						Constante	-,55	,05	102,90	1	,000	
Número de municípios: 1615 Número de candidatos: 3524												
Municípios pequenos-médios												
4547,49	310,73	4	,000	,083	,112	Despesa por eleitor	,06	,00	162,82	1	,000	1,066
						Vereador	-,16	,12	1,58	1	,208	,856
						Prefeito	,75	,09	65,78	1	,000	2,122
						Mulher	-,23	,10	4,73	1	,030	,796
						Constante	-,91	,06	268,25	1	,000	
Número de municípios: 1479 Número de candidatos: 3592												
Municípios médios												
6993,66	467,496	6	,000	,078	,107	Despesa por eleitor	,09	,00	277,63	1	,000	1,090
						Vereador	-,03	,10	,10	1	,751	,969
						Prefeito	,70	,08	77,50	1	,000	2,006
						Deputado estadual	-,21	,45	,22	1	,636	,810
						Legislativo federal	,17	1,04	,03	1	,870	1,186
						Mulher	-,15	,09	2,94	1	,086	,862
						Constante	-1,16	,04	689,25	1	,000	
Número de municípios: 2035 Número de candidatos: 5765												
Municípios médios-grandes												
1269,84	199,029	6	,000	,147	,213	Despesa por eleitor	,13	,01	71,22	1	,000	1,136
						Vereador	,48	,21	5,13	1	,024	1,610
						Prefeito	1,52	,21	53,59	1	,000	4,553
						Deputado estadual	,59	,28	4,25	1	,039	1,796
						Legislativo federal	,04	,63	,00	1	,953	1,038
						Mulher	-4,23	,24	3,22	1	,073	,655
						Constante						
Número de municípios: 341 Número de candidatos: 1257												
Municípios grandes												
343,551	104,477	6	,000	,190	,319	Despesa por eleitor	,15	,03	26,43	1	,000	1,163
						Vereador	,89	,54	2,72	1	,099	2,429
						Prefeito	2,74	,45	36,44	1	,000	15,472
						Deputado estadual	1,08	,37	8,45	1	,004	2,952
						Legislativo federal	1,00	,42	5,81	1	,016	2,729
						Mulher	-1,91	,68	7,84	1	,005	,148
Constante	-2,70	,24	131,55	1								
Número de municípios: 83 Número de candidatos: 496												

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

controlando-se pelas demais variáveis. O pior cenário para as mulheres ocorre nos municípios grandes. Nestes, a chance de êxito das mulheres corresponde apenas a 14,8% da chance dos homens. Nos demais grupos de municípios, a chance das mulheres oscila entre 65,5% (médios-grandes) e 86% (médios) da chance dos homens.

CONCLUSÃO

A regressão logística confirma as impressões iniciais sobre a relação entre dinheiro e votos (gráfico 1). A análise agora é mais precisa em dois sentidos: identificamos o impacto do dinheiro isoladamente, mantendo os outros fatores (gênero, cargo anterior e tamanho do município) constantes. A relação positiva entre recursos efetivamente gastos e sucesso eleitoral se mantém em municípios de todos os tamanhos, para os dois sexos e para os candidatos com históricos diferentes.

Nossa hipótese adicional era que o dinheiro importa mais nos municípios grandes, onde as campanhas eleitorais são mais profissionalizadas, mobilizando modernas técnicas de comunicação. Verificamos que o dinheiro tem importância crescente, dependendo do tamanho do município.

Neste contexto, nossas hipóteses sobre possíveis mecanismos que explicariam esta tendência não se confirmaram. A especulação sobre o impacto de custos decrescentes das campanhas em função da economia de escala não se confirmou. Também não achamos indícios para custos maiores das campanhas em contextos paroquiais. Porém, nossa análise tratou o fenômeno dos gastos eleitorais efetivos sem diferenciar diferentes formas de investimento. Pesquisas adicionais serão necessárias para analisar o peso de diferentes formas de inversão de recursos de campanha sobre o sucesso eleitoral, bem como a questão da influência do contexto das campanhas.

Analisando a influência do capital político dos candidatos sobre o sucesso eleitoral em municípios de diferentes tamanhos verificamos que a importância do cargo de vereador para o sucesso eleitoral foi significativo somente nos municípios entre 50 mil e 200 mil eleitores e acima de 200 mil eleitores.⁷ Nestes dois grupos a chance dos vereadores é 1,6 e 2,4 vezes maior, respectivamente, em relação aos candidatos que não ocupam este cargo.

7 Nos municípios de 50 a 200 mil eleitores esta relação foi confirmada com probabilidade de 97,6% e nos municípios acima de 200 mil eleitores com 90,1% de chance.

Os deputados estaduais e federais que disputam cargos de prefeito nos municípios de maior porte têm vantagem clara sobre os concorrentes sem estes cargos. As chances são, respectivamente, 2,9 e 2,7 vezes superiores às dos concorrentes. Devido ao número pequeno de deputados candidatos nos municípios de menor tamanho, nestas situações as relações não são estatisticamente significativas.⁸ Pesquisas futuras abrangendo várias eleições podem superar este obstáculo. É interessante notar que a razão de chances, nesses casos, se assemelha à observada para os vereadores.

Por outro lado, vale notar que tais vantagens não estão muito distantes das vantagens dos prefeitos candidatos à reeleição, exceto nos municípios acima de 200 mil habitantes. Controlando-se por gênero e recursos disponíveis, os prefeitos que disputam um segundo mandato têm o dobro da chance de sucesso em relação aos concorrentes sem cargo, em municípios até 50 mil eleitores. Nos municípios com 50 a 200 mil eleitores, esta chance sobe para 4,5. Mas aqui eles já sofrem certa concorrência de vereadores e deputados estaduais, com chances 1,6 e 1,8 superiores aos demais. Nos municípios de grande porte, acima de 200 mil eleitores, a vantagem dos prefeitos candidatos à reeleição alcança seu ápice: sua chance de êxito é 15,5 vezes maior que a dos concorrentes, contra 2,4, 2,9 e 2,7 de vereadores, deputados estaduais e legisladores federais.

É importante lembrar que, ao avaliarmos o impacto do capital político dos candidatos, lidamos com uma amostra filtrada pela ambição e percepção dos próprios candidatos. Prefeitos em cidades menores que teriam grande chance de se reeleger talvez optem por disputar um cargo como deputado estadual, enquanto outros avaliados de forma negativa talvez resolvam nem disputar as eleições. Para os outros candidatos os mesmos filtros se aplicam. No caso dos deputados isto fica evidente. Não há candidatos disputando prefeituras com menos de 10 mil eleitores, porque estas não correspondem à ambição política deste grupo. Por outro lado, somente 8% dos 1059 deputados estaduais eleitos em 2010 resolveram disputar eleições, contra 12% dos 513 deputados federais. Os cálculos que antecedem à decisão de disputar eleições levaram a taxas de candidaturas diferentes nestes dois grupos de políticos e podem ter reflexo sobre as chances de sucesso em 2012.

8 Nos municípios abaixo de 10 mil eleitores não houve candidatura de deputados estaduais ou federais. Nos municípios acima de 10 mil eleitores, onde a relação entre o cargo de deputado (estadual ou federal) e sucesso eleitoral não foi estatisticamente significativa, o número de casos foi 4, 13 e 25.

Em síntese, a posição privilegiada dos candidatos à reeleição foi confirmada. Mas esta não é a única forma pela qual a experiência prévia pesa nas candidaturas. Os candidatos que no passado demonstraram capacidade de vencer eleições terão mais chances de vencer o pleito. Não está claro ainda, porém, se esta vantagem competitiva expressa um talento ou uma característica do candidato, ou se o capital político está vinculado ao cargo, sendo ativado por diferentes mecanismos durante a disputa eleitoral.

Mantidas as demais condições inalteradas, as candidatas têm menos chance de eleger que os candidatos. Este resultado é estatisticamente significativo e confirmado em municípios de todos os tamanhos. A chance de eleição das mulheres é menor justamente nas duas faixas de municípios de maior porte. Estes resultados contrariam o senso comum que sugere que ambientes mais urbanizados, politizados e com valores mais modernos oferecem chances mais equitativas às mulheres que entram na política.

As campanhas seguem lógicas diferentes dependendo do contexto mais paroquial ou mais metropolitano da disputa eleitoral. O peso dos diferentes fatores muda, conforme o tamanho dos municípios. Enquanto a importância do dinheiro cresce quanto maior o município, o gênero dos candidatos tem um impacto decisivo nas cidades grandes. A ambição e o capital político dos candidatos levam a configurações diferentes das disputas em municípios de diferentes tamanhos.

Bruno Wilhelm Speck, é doutor em ciência política pela universidade de Freiburg/Alemanha, professor de ciência política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) daquela universidade e consultor de organizações como International Institute for Democracy and Electoral Systems (IDEA, Suécia), International Foundation for Electoral Systems (IFES, EUA) e o Christian Michelsen Institute (CMI, Noruega). Ele atuou como consultor sênior para Transparency International (TI, Alemanha) e publicou livros e artigos sobre financiamento de partidos e campanhas eleitorais e sobre sistemas de accountability e auditoria governamental.

Wagner Pralon Mancuso é professor do curso de graduação em gestão de políticas públicas da EACH-USP e professor e orientador credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política, da FFLCH-USP e Relações Internacionais, do IRI-USP. É autor do livro "O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo" (EDUSP-FAPESP-Humanitas, 2007), organizador do livro "Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias" (Editora de Cultura, 2010) e autor de diversos artigos e capítulos sobre ação política empresarial, inclusive no campo do financiamento político.

BIBLIOGRAFIA

- BORCHERT, Jens. Professional politicians: Towards a comparative perspective, in: Borchert, Jens; Zeiss Jürgen (Eds.): *The political class in advanced democracies. A comparative handbook*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 1-25.
- FARIA, Vilmar. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-regionais. In: Lamounier, Bolivar e Cardoso, Fernando Henrique (orgs.): *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, 1975, p. 205-242.
- RENNÓ, Lucio. Escândalos e voto: As eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p. 260-282, Novembro, 2007.
- REIS, Fabio Wanderley/CASTRO; Castro, Monica Mata Machado de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, no. 26, p. 81-131, 1992.
- MENEGUELLO, Rachel; BIZZARRO NETO, Fernando. Contexto e Competição na Política Paulista. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, p. 119-171, 2012.
- FIORINA, Morris P. Retrospective voting in american national elections, Yale University Press, 1981.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, 67, p 105-138, 2006.
- RENNÓ, Lúcio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006, *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, no. 2, p.260-282, 2007.
- PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio R. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados, 2001.
- FERRAZ, Cláudio; FINAN, Frederico. Reelection Incentives and Political Corruption: Evidence from Brazilian Audit Reports, January 2005. <http://emlab.berkeley.edu/~ffinan/>

- FERRAZ, Cláudio; FINAN, Frederico. Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments, February 2010. <http://emlab.berkeley.edu/~ffinan/>
- SAMUELS, David. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 64, No+ 3, p. 845–863, August 2002.
- BRITTO, Dalson. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- PEIXOTO, Vitor de Moraes. *Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- SPECK, Bruno; MANCUSO, Wagner. Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010, paper apresentado no GT 13 no 36º. Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, outubro 2012.